

**Prefeitura Municipal de  
Divinópolis/MG**

**Concurso Público  
Edital 01/2024**



**Fiscal de Posturas**

**MANHÃ**

**PROVA TIPO 1 - BRANCA**

**CARGO: FISCAL DE POSTURAS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Língua é progressista, reacionária ou nada disso, muito pelo contrário?**

Dia desses, soube que, na nossa praça pública virtual, se travava um interessante debate sobre a língua portuguesa, que, em suma, se resumia a distinguir entre a postura progressista e a postura reacionária (ou “fascista”) em relação ao idioma. A defesa do aprendizado da norma culta coube aos “reacionários”, enquanto o ataque à valorização desse registro formal reunia os “progressistas”. Posta dessa forma, a discussão cai na polaridade ideológica e o público tende a se alinhar segundo o posicionamento de seu grupo (ou de sua bolha), o que, em geral, abrevia o debate, logo dando lugar a outra polêmica qualquer.

Segundo a tese progressista, o que chamamos de norma culta é o registro linguístico das classes dominantes, que, exatamente por sê-lo, seria “elitista” ou excludente. Hoje, soma-se a essa ideia a de que nem mesmo uma boa parte dessa classe dominante brasileira domina à perfeição essa norma, o que faria dela, em grande medida, uma norma obsoleta, um padrão antiquado ou mesmo “subserviente ao modelo colonizador eurocêntrico”.

Se está na ordem do dia contar a história do ponto de vista dos historicamente excluídos e estimular ações concretas (queima de estátuas, destruição de símbolos etc.) para “recontar” o passado, analogamente parece estar em curso uma tentativa de derrubar a norma culta do pilar em que ainda se encontra e promover a “diversidade linguística”. Nesse caso, cada um se expressaria como achasse melhor em qualquer circunstância, tese que parece bem razoável quando vista apenas do ponto de vista de certo ativismo político.

A tese progressista é sempre mais sedutora (e mais o seria se não fosse abraçada tão facilmente pelo sistema). Por que dizer “nós vamos” se a desinênciã “-mos” carrega a mesma informação contida no pronome “nós”? A formulação “nós vai”, por exemplo, é mais econômica, pois suprime a redundância, que é parte do sistema de concordância. Mais que isso, dizer “nós vai” pode ser algo libertário ou mesmo revolucionário. Pode, mas só enquanto representar um contraponto a uma norma estabelecida. Destruída a norma, “nós vai” se institucionaliza e passa a ser a nova norma. Ou, como aparentemente se deseja, as normas conviveriam todas em harmonia, com o mesmo peso. Será?

Para começar a mudança, talvez os textos pudessem ter um salutar percentual de desvios da norma, outro percentual de estrangeirismos (os que porventura não o tivessem espontaneamente), um percentual de gírias locais, enfim, os textos poderiam ser mais “diversos”, refletindo a língua efetivamente falada pela sociedade. Bem, chega de imaginação.

Quem tem de enfrentar as consequências desses debates são, em geral, os professores nas salas de aula. A eles cabe a parte prática de incorporar essas teses libertárias ao cotidiano da sala de aula ou bater na tecla da importância de dominar a norma dos espaços de poder e, ao mesmo tempo, estimular os jovens a ler os autores da nossa literatura, aqueles que, com sua inteligência e imaginação, cultivaram a língua portuguesa em todos os seus recursos.

Como se sabe, nem todos os estudantes se transformarão em leitores de literatura, principalmente nestes tempos de muita pressa para chegar a lugar algum. Aqueles que se aventurarem nesse mergulho, em que o tempo é suspenso e somos levados para outros mundos, esses, por certo, saberão dar valor à língua que, sim, nós herdamos do colonizador – do qual, a propósito, muitos de “nós” descendem – e cultivamos à nossa maneira, língua que é repleta de recursos e cujo conhecimento é mais que uma vestimenta de luxo para frequentar ambientes “elitistas”.

Literatura requer tempo e um pouco de solidão. A leitura de um livro nos faz adentrar cenários que se constroem com palavras e conhecer pessoas também feitas de palavras, que nos deixam saudade quando o livro se fecha. Escritores transformam palavras e frases (as mesmas que usamos na comunicação) em arte e, assim, somos levados à fruição da linguagem como fruimos música ou pintura.

É para ler os artistas da palavra que aprendemos os recursos da língua e é porque os lemos e vivenciamos em profundidade a experiência que generosamente compartilham conosco que queremos conhecer mais e mais os meandros dessa língua que nos conduz à sua alma.

Ninguém deveria ser privado da experiência da leitura de romances, que é a melhor forma de aprender a língua. O debate público bem poderia sair da superfície e estimular o avanço do conhecimento. Aos professores cabe a tarefa de ensinar os alunos a ler literatura – e a língua estará lá em seu esplendor.

*(NICOLETI, Thaís. Língua é progressista, reacionária ou nada disso, muito pelo contrário? Jornal Folha de S. Paulo, 2024.)*

**Questão 01**

**De acordo com o texto, o estudo da língua tem como finalidade promover:**

- A) A valorização do seu registro formal.
- B) A legitimação das variedades linguísticas.
- C) O empoderamento dos socialmente excluídos.
- D) O alcance da fruição estética nas obras literárias.

**Questão 02**

A autora afirma que a norma culta pode ser considerada arcaica porque:

- A) As demais variedades linguísticas já a sobrepujaram.
- B) A elite socioeconômica pouco domina suas prescrições.
- C) Suas regras deixaram de ser o cerne do ensino de língua.
- D) A reprodução do português europeu padrão ainda persiste.

**Questão 03**

Considerando as ideias veiculadas no texto, só NÃO é de responsabilidade dos professores:

- A) Abordar o fenômeno da diversidade linguística.
- B) Estimular a leitura do cânone literário brasileiro.
- C) Ensinar o registro formal da língua oral e escrita.
- D) Rebater as teses reacionária e progressista da língua.

**Questão 04**

A forma mais eficiente de aprender a língua portuguesa, na opinião da autora, é estar em contato frequente, sobretudo, com os gêneros textuais próprios do domínio discursivo:

- A) Jurídico.
- B) Ficcional.
- C) Jornalístico.
- D) Instrucional.

**Questão 05**

Segundo o texto, estimular a leitura literária só NÃO proporciona aos estudantes:

- A) A valorização da língua como expressão artística.
- B) A fruição da linguagem por meio da obra literária.
- C) O aperfeiçoamento da habilidade de escrita formal.
- D) O desejo contínuo de conhecer os recursos da língua.

**Questão 06**

Releia esta passagem: “A formulação ‘nós vai’, por exemplo, é mais econômica, pois suprime a redundância, que é parte do sistema de concordância.” (4º§). O fenômeno linguístico descrito anteriormente é semelhante ao que se encontra em:

- A) “O teiado de paia caiu com a chuva.”
- B) “Os menino ficou sujo de terra do quintal.”
- C) “Vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você > cê.”
- D) “Eu comecei a *ficá* vermelho e a *gajejá* de nervoso.”

**Questão 07**

A mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode acarretar não só importantes alterações semânticas, como também a mudança da sua classe gramatical. Tal fenômeno só NÃO ocorre em:

- A) *lugar algum* (7º§) / algum lugar
- B) *certo ativismo* (3º§) / ativismo certo
- C) *salutar percentual* (5º§) / percentual salutar
- D) *qualquer circunstância* (3º§) / circunstância qualquer

**Questão 08**

Nos enunciados transcritos a seguir, os pronomes destacados foram utilizados como elementos coesivos anafóricos, pois retomam informações já mencionadas no texto. Em qual alternativa os pronomes destacados retomam o mesmo referente?

- A) I. “[...] estará lá em seu esplendor.” (10º§)  
II. “[...] com sua inteligência [...]” (6º§)
- B) I. “A eles cabe a parte prática de incorporar [...]” (6º§)  
II. “[...] é porque os lemos e vivenciamos [...]” (9º§)
- C) I. “[...] e mais o seria se não fosse abraçada [...]” (4º§)  
II. “[...] porventura não o tivessem espontaneamente [...]” (5º§)
- D) I. “[...] esses, por certo, saberão dar valor à língua [...]” (7º§)  
II. “Aqueles que se aventurarem nesse mergulho, [...]” (7º§)

**Questão 09**

No trecho: “[...] a *desinência ‘-mos’* carrega a mesma informação contida no pronome ‘*nós*?’” (4º§), *-mos* e *nós* portam, na verdade, duas informações gramaticais concomitantes, que são:

- A) Tempo e modo.
- B) Pessoa e tempo.
- C) Número e pessoa.
- D) Gênero e número.

**Questão 10**

Assinale a alternativa em que há presença de uma locução adverbial feminina com valor semântico de modo, razão que justifica o uso do acento indicativo de crase.

- A) “[...] *ataque à valorização* desse registro formal [...]” (1º§)
- B) “[...] e, assim, somos levados *à fruição* da linguagem como [...]” (8º§)
- C) “[...] dar valor *à língua* que, sim, nós herdamos do colonizador [...]” (7º§)
- D) “[...] classe dominante brasileira domina *à perfeição* essa norma, [...]” (2º§)

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 11**

Helena comprou um lote recentemente para construir sua casa e destinou um dos cômodos para ser uma grande cozinha. Sabe-se que a base desse cômodo possui o formato de um polígono com quatro lados, cujos tamanhos, em metros, formam números consecutivos. Se o perímetro dessa base é equivalente a 34 metros, qual o maior valor, em metros, dos lados da base do cômodo?

- A) 8.
- B) 9.
- C) 10.
- D) 11.

**Questão 12**

Uma famosa distribuidora de jogos eletrônicos fez um evento para a promoção dos jogos X e Y. Durante o evento, 600 pessoas puderam experimentar, gratuitamente, os dois jogos. Após esse período de testes, cada pessoa foi questionada a respeito de sua opinião sobre os jogos. Como resultado, concluiu-se que dois terços do total de pessoas gostaram do jogo X, três quintos do total de pessoas gostaram do jogo Y e 180 pessoas gostaram dos dois jogos. De acordo com os resultados, quantas pessoas não gostaram de nenhum dos dois jogos?

- A) 5.
- B) 10.
- C) 15.
- D) 20.

**Questão 13**

Larissa, Olívia e Raquel trabalham no mesmo salão de beleza e atuam, de forma distinta, nas funções de manicure, cabeleireira e recepcionista, mas não necessariamente nesta ordem. Com respeito à idade distinta das três profissionais, a recepcionista não é a mais nova e nem a mais velha. Se Olívia é cabeleireira e Raquel é a mais velha, é correto afirmar que:

- A) Raquel é cabeleireira.
- B) Larissa é mais velha que Raquel.
- C) A cabeleireira não é a mais nova.
- D) A manicure é mais velha que a cabeleireira.

**Questão 14**

Em um fim de semana, Roberto fez um trajeto de ida e volta saindo de sua casa até a praia mais próxima. Na ida, ele desenvolveu no seu carro uma velocidade média de 80 km/h e, na volta, por causa de um acidente, desenvolveu uma velocidade média de 50 km/h. Considerando que não houve intervalos de parada e foi utilizado o mesmo trajeto na ida e na volta, a viagem teve uma duração total (ida e volta) de 13 horas. Com base nessas informações, qual a distância, em quilômetros, entre a casa de Roberto e a praia mais próxima?

- A) 200.
- B) 300.
- C) 400.
- D) 500.

**Questão 15**

Considere que as questões de determinada prova abordem apenas um dos dois conteúdos A e B, sendo que os números de questões de cada conteúdo são distintos. Ao estudar para essa prova, Thalita pretende gastar 600 minutos. Esse tempo será distribuído entre os conteúdos de forma diretamente proporcional ao número de questões da prova referentes a cada conteúdo. Sabe-se que um dos conteúdos terá 20 questões na prova e o conteúdo restante recebeu 360 minutos de estudo por parte de Thalita. Qual a quantidade de questões da prova?

- A) 30.
- B) 40.
- C) 50.
- D) 60.

**Questão 16**

Fernando, Cícero, Hamilton e Anderson são estagiários e atuam no setor de tecnologia da informação em uma instituição. Em determinado dia de trabalho, apenas um deles propagou, por descuido, um vírus no sistema. Ao notar os efeitos prejudiciais no sistema, o chefe do setor questionou os 5 estagiários se algum deles foi o responsável pela propagação do vírus. Ele obteve as seguintes respostas:

- Fernando: Eu não propaguei o vírus no sistema;
- Cícero: Foi o Fernando quem propagou o vírus no sistema;
- Hamilton: Fernando está mentindo;
- Anderson: Não foi Cícero quem propagou o vírus no sistema.

Se somente um dos quatro estagiários disse a verdade e, conseqüentemente, os demais mentiram, quem propagou o vírus no sistema?

- A) Cícero.
- B) Hamilton.
- C) Fernando.
- D) Anderson.

**Questão 17**

Somando-se as duas turmas de calouros de um curso de engenharia civil em determinada universidade, tem-se 84 alunos. Após o final do primeiro período, foi contabilizado o percentual de reprovação desses alunos nas disciplinas de Cálculo I e Geometria Analítica e Álgebra Linear (GAAL). Observou-se que 20% dos calouros que foram reprovados em Cálculo I também foram reprovados em GAAL. Por outro lado, 80% dos calouros que foram reprovados em GAAL também foram reprovados em Cálculo I. Considere que todos os calouros reprovaram em pelo menos uma das duas disciplinas. Com base nessas informações, quantos calouros reprovaram em ambas as disciplinas?

- A) 12.
- B) 14.
- C) 16.
- D) 18.

**Questão 18**

No estoque de uma farmácia, chega uma grande quantidade de remédios. Conforme as informações do entregador, 60% dos remédios são genéricos, dos quais 45% exigem receita médica. Já entre os remédios que não são genéricos, 55% deles exigem receita médica. Se a quantidade total de remédios que não exigem receita médica é 204, então a quantidade de remédios genéricos que exigem receita médica é:

- A) 88.
- B) 108.
- C) 115.
- D) 132.

**Questão 19**

No setor de processos de uma repartição pública trabalham 11 profissionais. Com respeito à carga horária de trabalho de cada um deles, sabe-se que 3 trabalham no regime de 6 horas/dia, 2 trabalham no regime de 4 horas/dia, 2 trabalham no regime de 8 horas/dia e 4 trabalham no regime de 7 horas/dia. É necessariamente correto afirmar que:

- A) Em qualquer grupo de 6 profissionais desse setor há profissionais de pelo menos 4 regimes diferentes.
- B) Em qualquer grupo de 8 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 7 horas/dia.
- C) Em qualquer grupo de 5 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 8 horas/dia.
- D) Em qualquer grupo de 7 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 6 horas/dia.

**Questão 20**

Determinada turma do terceiro ano do ensino médio possui 25 estudantes. Um grupo com cinco desses estudantes deve ser formado para representar a turma na preparação da formatura. Ronaldo e Ticiane são estudantes dessa turma, mas, por razões pessoais, não podem participar juntos do grupo. Atendendo a essa restrição, quantos grupos distintos podem ser formados?

- A) 51.359.
- B) 53.130.
- C) 56.456.
- D) 58.984.

**CONHECIMENTOS DE DIREITO**

**Questão 21**

Determinada autoridade municipal delegou ao seu subordinado, servidor público efetivo, por meio de Portaria Normativa publicada no meio oficial, a edição de instrução normativa, a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações e a decisão de recursos administrativos. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, a delegação é válida

- A) em todos os casos descritos.
- B) apenas para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações.
- C) apenas para a edição de instrução normativa e para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações.
- D) apenas para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações e para a decisão de recursos administrativos.

**Questão 22**

Certo servidor municipal foi condenado por ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito, auferindo, mediante a prática de ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. De acordo com a Constituição Federal, o servidor poderá sofrer:

- A) Indisponibilidade dos bens e ressarcimento do erário com efeitos penais, o que impede ação penal pelo mesmo fato.
- B) A perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, mas não a suspensão de seus direitos políticos como cidadão.
- C) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, com prejuízo da ação penal.
- D) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal pelo mesmo fato.

**Questão 23**

Determinado cidadão pediu informações relacionadas à Prefeitura de Divinópolis. Tendo em vista a situação hipotética descrita e de acordo com a Lei de Acesso à Informação, o órgão poderá exigir do requerente informações sobre:

- A) A identificação do requerente e os motivos determinantes do pedido de acesso à informação.
- B) A identificação do requerente, cujo não atendimento das exigências poderá inviabilizar a solicitação.
- C) A identificação do requerente, a qual não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, e a especificação da informação requerida.
- D) A identificação do requerente, a qual não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, bem como a especificação da informação requerida e os motivos determinantes do pedido de acesso à informação.

**Questão 24**

O Município de Divinópolis realizou cadastro e tratamento de dados pessoais dos cidadãos residentes em seu território com o objetivo de facilitar a execução de políticas públicas prevista em lei, realizar pesquisas de satisfação por órgão de pesquisa e estabelecer métodos efetivos de cobrança de impostos de sua competência. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- A) Não se aplica à Administração Pública municipal como pessoa de direito público.
- B) Não permite o tratamento de dados pessoais para a cobrança de impostos de sua competência, tendo em vista que se trata de exercício de direito em processo judicial e administrativo.
- C) Não permite o tratamento de dados pessoais para pesquisas de satisfação, salvo se os dados forem sempre anonimizados, mas é possível para o estabelecimento de métodos efetivos de cobrança de impostos de sua competência.
- D) O tratamento de dados, nesse caso, é permitido para a execução de políticas públicas prevista em lei, para realizar pesquisas de satisfação por órgão de pesquisa e para estabelecer métodos efetivos de cobrança judicial de impostos de sua competência.

**Questão 25**

**Certo servidor público municipal efetivo foi eleito para o cargo de Vereador de Divinópolis. De acordo com a Constituição Federal, ele:**

- A) Não poderá assumir o cargo de Vereador em observância ao princípio da moralidade.
- B) Deve ficar afastado do cargo efetivo de servidor municipal, devendo receber a remuneração de Vereador.
- C) Deve ficar afastado do cargo efetivo de servidor municipal, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- D) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo de Vereador.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**Questão 26**

**De acordo com a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Ao partido político X, regularmente constituído e com representação na Câmara, é defeso a denúncia de atos e decisões de qualquer dos Poderes do Município que atentem contra o patrimônio público e os interesses legítimos, coletivos ou difusos.
- II. Joana, cidadã divinopolitana, como integrante do povo e em razão da expressão da soberania popular, tem direito ao acesso aos documentos públicos em geral e segundo regulamentação em lei especial.
- III. A Arquimedes, pessoa com deficiência, será assegurado o acesso ao transporte coletivo urbano e rural, bem como facilitação de acesso às áreas de lazer.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 27**

**Eufrázia, servidora lotada na Secretaria de Educação do Município, ao revisar documento elaborado por estagiário de seu departamento, se deparou com as seguintes afirmativas, das quais uma se mostra INCORRETA frente ao que dispõe a Lei Orgânica de Divinópolis; assinale-a.**

- A) Há necessidade de autorização legislativa para a criação de subsidiária de empresa pública municipal.
- B) As autarquias dependem de lei específica para sua criação e, uma vez criadas, passam a integrar a administração direta e a estrutura organizacional do município.
- C) Ainda que custeados por entidades privadas, deve ser observado o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade dos atos, programas, projetos, obras, serviços e campanhas da administração pública direta ou indireta, fundações e órgãos controlados pelo poder público.
- D) Os servidores públicos municipais serão regidos por estatuto próprio, observados os limites e princípios constitucionais, sendo ouvido o sindicato representativo da categoria, quando em ocasião de apresentação de proposição de lei, através de encaminhamento de parecer opinativo circunstanciado.

**Questão 28**

**Melquíades, após aprovação em concurso e em sua primeira semana de exercício em cargo lotado na Procuradoria do Município de Divinópolis, recebeu de seu superior imediato a incumbência de elaborar cartilha informativa aos demais servidores do departamento, trazendo as principais disposições sobre a dinâmica do processo legislativo em âmbito municipal. Assinale, a seguir, a seguir a única afirmativa correta que deverá constar no material elaborado por Melquíades.**

- A) O processo legislativo envolve a oportunidade de manifestação dos Poderes constituídos do Município, sendo que o projeto de lei tem sua fase final definida no ato terminativo do Prefeito de sancionar ou vetar a proposição.
- B) A Lei Orgânica garante a iniciativa popular somente para a edição de leis ordinárias; as leis complementares, por se tratarem de matérias submetidas a rito especial, são necessariamente de iniciativa do Executivo ou do Legislativo municipal.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, ou mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara de Vereadores, ou mediante subscrição de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.
- D) Determinadas matérias possuem determinação de rito especial de lei complementar, devendo o respectivo projeto de lei ser aprovado por maioria dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias; exemplo disso é o projeto de lei tendente a instituir estatuto dos servidores públicos municipais.



**Questão 29**

**Sobre os conceitos trazidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992), assinale a afirmativa correta.**

- A) Servidores são aqueles legalmente investidos em cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, os quais são criados por lei ou decreto, com denominação própria e exercício a título remunerado ou gratuito.
- B) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo e sendo vedada a sua vinculação.
- C) A revisão, no que tange ao processo disciplinar, é a possibilidade de reanálise do referimento procedimento, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- D) Reversão é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias e promoções de que tenha sido privado por força do ato ilegal que lhe determinou o afastamento.

**Questão 30**

**Considere as seguintes situações hipotéticas:**

- I. Adonias ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- II. Melquisedeque ausentou-se do serviço intencionalmente por mais de trinta dias consecutivos.
- III. Bernardo injustificadamente recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.

**Considerando que não há reincidência nas condutas descritas e que elas não justificam imposição de penalidade mais grave, os servidores estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares, respectivamente:**

- A) Censura, exoneração e demissão.
- B) Advertência, demissão e suspensão.
- C) Censura, destituição do cargo e advertência.
- D) Advertência, exoneração e afastamento cautelar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**

**Questão 31**

**O Fiscal de Posturas, durante uma atividade de fiscalização educativa, cujo objetivo era apenas o de instruir os munícipes sobre mudança recente em uma lei local, verificou que um desafeto pessoal seu estava descumprindo essa norma, da mesma forma que o faziam outros munícipes. Aproveitando a oportunidade, ao invés de meramente educar o indivíduo, o Fiscal emitiu uma advertência por escrito, instituindo prazo para que fosse feita a adequação à nova norma, com o objetivo de causar constrangimento à pessoa. Tal fato foi feito apenas com tal indivíduo e não resultou em qualquer multa ao final. Os demais fiscais fizeram apenas orientações verbais sobre a nova norma, conforme indicação do chefe imediato. Podemos afirmar que o Fiscal, no que tange aos princípios básicos constitucionais do serviço público, descumpriu, apenas, quais deles?**

- A) Legalidade e Moralidade.
- B) Impessoalidade e Eficiência.
- C) Publicidade, Moralidade e Eficiência.
- D) Legalidade, Moralidade e Impessoalidade.

**Questão 32**

**A Lei da Liberdade Econômica, nº 13.874/2019, estabelece em seu Art. 3º o que se considera enquanto direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico do país. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Definir livremente, em mercados não regulados, o preço de produtos e serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda.
- II. Gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário.
- III. Não ser fiscalizado, salvo com motivo justificado pela Administração Pública, mediante denúncia comprovada, com o direito irrestrito de manter o funcionamento da atividade, desde que classificada como de risco baixo ou médio, até que seja finalizado qualquer procedimento de fiscalização que possa ter por consequência a interrupção da atividade.

**São direitos estabelecidos no Art. 3º da normativa citada o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 33

**Sobre a atuação da fiscalização em nível municipal, podemos afirmar que a atividade de fiscalização:**

- A) É eminentemente vinculativa, uma vez que existe a obrigação legal de fiscalizar e de atuar, frente à desobediência de normas legais cogentes. Podemos, entretanto, afirmar que a discricionariedade é necessária ao processo de fiscalização, limitada pela busca dos fins da Administração Pública e do interesse público.
- B) Tem natureza pública exclusiva e caráter discricionário. As normas de fiscalização são de direito público e impositivas. Por outro lado, a aplicação das normas e a extensão da fiscalização é uma prerrogativa do Poder Executivo, podendo escolher as normas a serem aplicadas, de que maneira e a quem. Nesse sentido, manifestamente discricionárias.
- C) É exclusivamente vinculativa. Logo, inserida dentro do Princípio da Legalidade estrita. Por esta razão, a Administração Pública, enquanto responsável pela fiscalização, está restrita a realizar apenas o que é expressamente autorizado pela Lei. Logo, ao se analisar sob esse prisma a atividade de fiscalização educativa e/ou preventiva, apenas pode ser realizada quando expressamente permitida por lei municipal. Exigido, no caso, lei específica, autorizando cada atividade desta natureza de forma individual.
- D) Está inserida no Poder Geral de Polícia do Estado. Por este motivo, podemos concluir que a atividade é vinculativa, do ponto de vista do Poder Executivo e discricionária, pela atuação do fiscal enquanto agente independente e autônomo, com a capacidade legal ilimitada de aplicar a lei de forma direta. Incluindo na sua atuação a imposição de normas coercitivas tanto para obrigar a submissão à fiscalização quanto para aplicar a norma, exigir o cumprimento das sanções impostas e auto aplicar as medidas necessárias ao cumprimento de suas ordens, ainda que não previstas expressamente em lei.

### Questão 34

**O Fiscal de Posturas iniciou a atividade de fiscalização em determinado local onde um munícipe estava realizando atividade econômica lícita, considerada de baixo risco, sem o auxílio de empregados ou terceiros. Averiguando o local e a atividade em questão, constatou que estavam sendo violadas algumas normas municipais, cuja competência para fiscalizar é exatamente do fiscal. Entretanto, as violações eram todas passíveis de correção e não implicavam em qualquer risco evidente para a saúde ou segurança para os usuários ou terceiros. Considerando apenas as normas explícitas na Lei nº 13.874/2019 – Lei da Liberdade Econômica, o Fiscal deverá:**

- A) Aplicar a norma e multar o estabelecimento. A lei da Liberdade Econômica não protege em qualquer caso do descumprimento de normas legais municipais.
- B) Observar o critério de razoabilidade e interditar o local, impedindo a continuidade da atividade econômica, por uma questão de segurança. Entretanto, não deve multar o indivíduo, permitindo que se adeque à norma, para depois voltar a funcionar.
- C) Observar o critério de dupla visitação para a lavratura de autos de infração e orientar sobre a existência de inconformidade com as normas e sobre correção dessas. Multar apenas em um segundo momento, caso retorne e as correções não tenham sido efetivadas em prazo hábil.
- D) Utilizar da sua discricionariedade para auxiliar o munícipe, no que for possível, para a adequação do local e da atividade. A Lei da Liberdade Econômica obriga a Administração Pública a auxiliar o munícipe na regularização da sua atividade econômica, inclusive com a participação da fiscalização para esse fim.

### Questão 35

**Hugo, residente na cidade de Divinópolis, é proprietário de um apartamento em prédio exclusivamente residencial. Ele resolveu montar em seu apartamento uma pequena escola de música, com o objetivo de ensinar a tocar piano, todas as terças e quintas-feiras durante o dia. Nas quartas e sextas, a escola funciona para turmas que ensaiam canto lírico. Nos finais de semana, o espaço é convertido em uma escola de dança. As atividades não se enquadram em qualquer permissão expressa da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Os níveis de ruído provocados pelas atividades, embora durem boa parte do horário comercial e sejam constantes, não ultrapassam o limite legal de ruídos permitidos na legislação. Baseado no fato hipotético narrado, podemos afirmar que:**

- A) Todas as atividades realizadas por Hugo em sua residência descumprem o Código de Posturas Municipal e não podem ser realizadas nesse local.
- B) Todas as atividades realizadas por Hugo em sua residência estão dentro dos direitos e limites legais previstos no Código de Posturas do Município. Logo, Hugo não está descumprindo qualquer norma e pode continuar com suas atividades.
- C) As atividades de aula de piano e aula de canto lírico, que são realizadas durante a semana, em horário comercial, estão de acordo com as normas legais do Código de Posturas Municipal. A escola de dança não pode continuar, posto que causa afluo excessivo de pessoas no final de semana, o que pode causar incômodo aos vizinhos.
- D) Embora as atividades sejam lícitas e permitidas pela legislação, posto que feitas dentro da residência de Hugo, os ruídos constantes, ainda que em horário comercial, descumprem as regras de sossego que são previstas no Código de Posturas Municipal. Logo, só podem ser realizadas se Hugo adequar o local para abafar completamente o ruído causado.

**Questão 36**

Segundo o Código de Posturas do Município de Divinópolis, considerando a preservação da higiene pública e controle do lixo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Lavar veículo em logradouro público.
- II. Colocar lixo ensacado na rua, diretamente na calçada, no dia designado para a coleta.
- III. Queimar, dentro do quintal de casa, em balde apropriado, pequena quantidade de papel, sem causar risco de incêndio ou incômodo aos vizinhos.
- IV. Varrer lixo do interior da sua residência para a sarjeta da rua, em parte da sarjeta que esteja longe de qualquer boca de lobo.

**São expressamente PROIBIDAS as condutas descritas apenas em**

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

**Questão 37**

Sobre a ocupação de calçadas com mesas e cadeiras, segundo o Código de Posturas Municipal de Divinópolis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Podem ocupar até sessenta por cento da área total dos passeios.
- II. Faixa livre resultante, após a instalação das mesas e cadeiras não pode ser inferior a dois metros.
- III. Ocupação rigorosamente restrita à faixa de passeio fronteira à testada do estabelecimento.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

**Questão 38**

Segundo a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, da receita total municipal resultante de impostos e transferências, os recursos que devem ser aplicados obrigatoriamente, a cada ano na manutenção e expansão do ensino público municipal correspondem ao percentual de:

- A) 10%.
- B) 15%.
- C) 20%.
- D) 25%.

**Questão 39**

Segundo o Código de Posturas do Município de Divinópolis, no que cerne à licença concedida a ambulantes para trabalhar, analise as afirmativas a seguir.

- I. O endereço residencial do responsável deve estar presente na licença.
- II. O horário e o local de funcionamento devem estar presentes na licença.
- III. O nome de até duas pessoas que podem substituir o responsável no local, em caso de ausência do ambulante, devendo ser apenas cônjuge e/ou filhos, podendo estar presente na licença, caso exista um substituto designado.
- IV. Pode ser concedida licença de ambulante para mais de uma pessoa da mesma unidade familiar, inclusive para casados ou unidos civilmente.
- V. A licença para ambulante terá validade indeterminada, sem necessidade de renovação periódica. Mas, poderá ser revogada pelo Município a qualquer tempo.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I, II e III.
- B) II, IV e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.

**Questão 40**

Uma vez concedido alvará (licença) de funcionamento para um estabelecimento comercial, segundo o Código de Posturas do Município de Divinópolis, este deverá ser renovado, sob pena de interdição do estabelecimento com a periodicidade de:

- A) Doze meses.
- B) Vinte e quatro meses.
- C) Trinta e seis meses.
- D) Sessenta meses.

ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

**PROVA DISCURSIVA**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de uma questão discursiva sobre o tema específico do cargo. Será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de cinco linhas e máxima de vinte linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	15 pontos
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO</b>	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
<b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Em uma cidade hipotética, existe uma norma legal no Código de Posturas Municipal referente ao direito de alvará (licença) de funcionamento. Consta na norma:

“Art. 4º. Ficam proibidas atividades econômicas privadas, que sejam consideradas pela Administração Pública e/ou seus agentes de fiscalização, inapropriadas para serem desenvolvidas na área urbana da cidade.

§1º. A Administração Pública negará o alvará de funcionamento a toda e qualquer atividade que considerar inapropriada.

§2º. Independentemente da existência ou não de alvará de funcionamento, o fiscal municipal, percebendo, em sua opinião, o funcionamento de atividade que considere inapropriada deve imediatamente emitir auto de infração e exigir, no mesmo instante, o fechamento do estabelecimento.

[...]”

**Levando em consideração tal norma, o Princípio da Legalidade (aplicável à Administração Pública) e a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), aborde e explique as duas violações legais à Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) presentes na normativa em análise. (A indicação das violações deve ser completa e é importante explicar todos os aspectos de cada uma das violações. Não é necessário indicar o artigo específico violado, apenas o conteúdo da norma violada).**

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	







## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 30 (trinta) questões de múltiplas escolhas para os cargos de nível fundamental; 40 (quarenta) questões para os cargos de nível médio/técnico; nível superior (áreas diversas); nível superior (saúde); e, nível superior (procuradoria); 1 (uma) dissertação para os cargos de Assistente Educacional, Educador de Trânsito, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira Moderna, Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas, Publicitário, Supervisor Orientador de Ensino e Técnico Escolar; 1 (uma) questão discursiva para todos os demais cargos de nível superior (exceto cargos de Médico – todas as especialidades, os que farão dissertação – indicados anteriormente e Procurador do Município); e, 1 (uma) peça prático-profissional privativa de Advogado (petição ou parecer) para o cargo Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para cargos somente com provas objetivas; 4 (quatro) horas para cargos com provas objetivas e prova discursiva (relacionados no subitem 5.2.2 do edital – exceto Procurador do Município); e, 5 (cinco) horas apenas para Procurador do Município. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).